

## SANTA CASA MISERICÓRDIA MAFRA

## BALANÇO

31 de dezembro 2023

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente:</b>			
Activos fixos tangíveis.....	5,3	4 973 732,28	4 678 656,99
Activos intangíveis.....	6	2 408,67	9 304,47
Investimentos financeiros.....	13.1	14 349,92	14 452,75
		4 990 490,87	4 702 414,21
<b>Activo corrente:</b>			
Inventários.....	7	56 372,04	65 351,29
Créditos a receber.....	13.2	49 415,79	72 073,55
Estado e outros entes públicos.....	13.9	25 548,39	8 330,68
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	13.3	379,66	1 543,17
Diferimentos.....	13.5	7 279,38	11 463,10
Outros activos correntes.....	13.4	161 088,28	139 350,92
Caixa e depósitos bancários.....	13.6	575 676,33	754 906,26
		875 759,87	1 053 018,97
<b>Total do activo</b>		<b>5 866 250,74</b>	<b>5 755 433,18</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais:</b>			
Fundos.....	13.7	307 894,85	307 894,85
Reservas.....	13.7	775 507,37	775 507,37
Resultados transitados.....	13.7	1 919 896,50	2 008 470,62
Excedentes de revalorização.....	13.7	7 453,54	7 453,54
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais.....	13.7	2 239 238,13	1 974 233,84
Subsídios ao investimento	13.7	1 637 189,49	1 579 526,32
Doações	13.7	602 048,64	394 707,52
		5 249 990,39	5 073 560,22
Resultado líquido do período.....	13.7	-131 751,98	-88 574,12
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>	13.7	<b>5 118 238,41</b>	<b>4 984 986,10</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores.....	13.8	61 552,26	71 920,68
Estado e outros entes públicos.....	13.9	55 680,64	48 195,03
Diferimentos.....	13.5	17 501,92	74 607,26
Outros passivos correntes.....	13.10	613 277,51	575 724,11
		748 012,33	770 447,08
<b>Total do passivo</b>		<b>748 012,33</b>	<b>770 447,08</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>5 866 250,74</b>	<b>5 755 433,18</b>

O Contabilista Certificado 12501

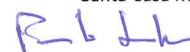
Ana Fcastro


M<sup>o</sup> Fernando da Silva e Sousa Pota

A Direcção  
 Vitor Fidalgo  
 Maria Adelaide Botelho  
 Oliveira Costa  
 Paulo do Nascimento Botelho  
 Ana Paula Figueira



Santa Casa Misericórdia de Mafra



## SANTA CASA MISERICÓRDIA MAFRA

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31 de Dezembro 2023

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados.....	8	2 919 288,87	1 149 999,55
Subsídios, doações e legados à exploração.....	8.1	91 694,16	1 615 611,00
ISS, IP - Centros Distritais		77 282,64	1 592 568,80
ISS, IP - Apoios excecionais e extraordinários		0,00	9 912,00
Outras entidades publicas		7 524,21	445,99
Doações e heranças		6 887,31	12 684,21
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	7	-125 448,24	-106 011,48
Fornecimentos e serviços externos.....	13.11	-742 214,91	-756 385,99
Gastos com o pessoal.....	11	-2 263 461,75	-1 999 793,40
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	9	-8 192,75	-12 314,02
Outros rendimentos .....	13.12	196 155,96	221 262,26
Outros gastos .....	13.13	-10 941,51	-20 022,43
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>56 879,83</b>	<b>92 345,49</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5+6	-189 016,10	-181 090,83
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-132 136,27</b>	<b>-88 745,34</b>
Juros e rendimentos similares obtidos.....	13.14	384,29	171,22
Juros e gastos similares suportados.....			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-131 751,98</b>	<b>-88 574,12</b>
Imposto sobre o rendimento do período.....		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-131 751,98</b>	<b>-88 574,12</b>

O Contabilista Certificado 12501

Ana Feasteo

A Direção

Miguel Pinheiro

Margarida Helena Botelho

Cristina Coelho

Fernando Pacheco Vaz

Luís Augusto Alexandre

[Assinatura]

Daniel Cordeiro

M<sup>ra</sup> Fernanda da Silva Gomes Costa

R. L. L.



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MAFRA

## Assembleia Geral de 27 de Março de 2024

### Parecer do Conselho Fiscal da Misericórdia de Mafra relativo ao exercício de 2023

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, reuniu em 26 de Março de 2024, o Conselho Fiscal a fim de emitir o seu parecer sobre o Relatório de Atividades e documentos de prestação de Contas respeitantes ao exercício de 2023.

O Conselho Fiscal agradece à Mesa a explicação pormenorizada do respetivo documento.

Constata-se uma evolução negativa nos resultados líquidos, que no corrente ano se cifra num prejuízo de -131.751,98€.

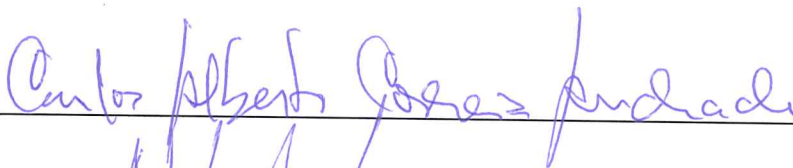
Temos no entanto de realçar a manutenção positiva de Cash Flow Operacional, mantendo assim uma evolução estável e positiva da conta de 2023.

Em consequência, é parecer do Conselho Fiscal que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Atividades e as Contas do exercício de 2023, tal como o resultado de exploração apurado de -131.751,98€.

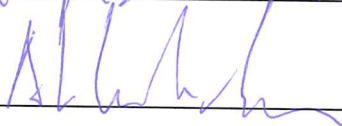
Mafra, 26 de Março de 2024

O Conselho Fiscal

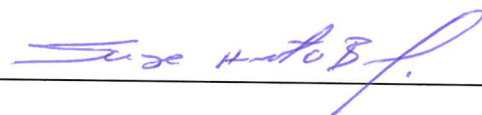
O Presidente



O Vice-Presidente



O Secretário



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Santa Casa da Misericórdia de Mafra (a entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023, (que evidencia um total de 5.866.251 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 5.118.238 euros, incluindo um resultado líquido de negativo de 131.752 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Santa Casa da Misericórdia de Mafra em 31 de dezembro de 2023, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de

demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;

- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos



subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de Março de 2024

**MACEDO, CALDAS & BENTO**

**SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N° 190**

**Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n° 20161490**

Representada por

**Dr. Hernâni João Dias Bento,**

**Revisor Oficial de Contas n° 1167**

**Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n° 20160779**